

Deliberação da AML sobre o 2º Relatório de monitorização do processo de Reforma Administrativa de Lisboa, anexo à Proposta 643/CM/2014

Na sequência da apreciação da Proposta 643/2014 e do 2º Relatório de monitorização do processo de Reforma Administrativa de Lisboa a ela anexo, bem como do Parecer conjunto da 1ª e da 5ª Comissões Permanentes sobre o mesmo Relatório, a Assembleia Municipal deliberou aprovar as conclusões e recomendações do referido parecer que são as seguintes:

1. Desde logo, tendo presente o teor dos dois relatórios de monitorização produzidos pelo GAMRAL (Grupo de Acompanhamento e Monitorização da Reforma Administrativa de Lisboa), bem como o consenso comprovado entre os seus diversos intervenientes, impõe-se a conclusão de que o processo de implementação da reorganização administrativa da cidade de Lisboa, determinada pela Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro, apesar da sua envergadura e complexidade, está a decorrer com *“apreciável qualidade e coesão”*.
2. Com efeito, atenta a dimensão e exigências inerentes à reforma, a sua concretização, mercê de uma adequada e atempada preparação anterior ao ato eleitoral autárquico de 2013 e de uma pacífica transição de recursos humanos, bem como de um reconhecimento social do reforço das estruturas de maior proximidade na cidade, tem sido implementada com sucesso, não obstante algumas dificuldades devidamente assinaladas nos relatórios e sobre as quais se tem vindo a trabalhar com vista à sua resolução.
3. No que tange à transição de recursos humanos, a sua pacífica transição para as Juntas de Freguesia deveu-se, essencialmente, à plena salvaguarda dos direitos adquiridos, bem como ao acesso dos trabalhadores daquelas autarquias aos Serviços Sociais da CML (17 Juntas de Freguesia já assinaram o protocolo com os SSCML, faltando apenas 7, sendo expectável que estas assinem a breve trecho) e a um conjunto de regalias e benefícios sociais¹.
4. Ora, na primeira fase de transição de recursos humanos, que corresponde ao pessoal directamente afecto aos serviços de higiene urbana e aos equipamentos cujas competências foram transferidas para as Freguesias, regista-se e louva-se a taxa média de satisfação próxima dos 95%, sendo que os casos de Juntas de

¹ Foi celebrado com as Juntas de Freguesia um protocolo que estabelece as condições e regras gerais de acesso, pelos trabalhadores que transitaram e, se for o caso, pelos demais trabalhadores das Juntas, aos refeitórios e bares da CML, às unidades de educação da CML, aos serviços de medicina no trabalho e aos serviços de higiene e segurança no trabalho da CML, o acesso ao serviço de formação, bem como às ações de formação específicas à medida das necessidades das Juntas e demais serviços que o Município preste ou colaborações que esteja disponível para desenvolver.

Freguesia em que houve menor consonância com o previsto foram muito reduzidos, correspondendo sempre a uma taxa de cumprimento superior a 85%.

5. Por seu turno, na segunda fase de transição de recursos humanos², transitaram voluntariamente para as Juntas de Freguesia 93 trabalhadores, correspondendo a uma taxa de satisfação das necessidades iniciais apresentadas pelas Freguesias (para esta segunda fase) de 27,5%, o que, apesar de constituir uma taxa baixa não deixa de ser compreensível atendendo à natureza voluntária desta fase de transição, merece uma atenção especial nos futuros relatórios de monitorização. De realçar a este respeito que as Juntas de Freguesia, agora já mais conhecedoras das novas competências, estão a reavaliar as suas necessidades nas áreas de BackOffice e de suporte à gestão (gestão financeira e contabilística, gestão de recursos humanos, apoio jurídico, gestão informática, gestão documental e arquivo, etc.), sendo imperioso que estas fiquem totalmente dotadas dos recursos humanos necessários para a execução das suas competências próprias.
6. Relativamente aos recursos financeiros associados às competências transferidas para as Freguesias, existe a previsão, constante do relatório, de que em breve serão definidos acertos nos mecanismos de ajustamento financeiro previstos nos Autos de Efectivação de Transferência de Competências em função das verbas transferidas e das específicas situações financeiras de cada Junta de Freguesia e suas responsabilidades, prevendo-se também que tal venha a acontecer em sede de protocolos específicos a realizar entre o Município e cada uma das Freguesias.
7. No âmbito organizativo das Freguesias, a principal preocupação dos seus executivos corresponde a uma das recomendações que constam do parecer da 5.^a Comissão que versou sobre as Propostas n.ºs 915/2013 e 916/2013 e que consiste na imperiosa necessidade de consagração legal da possibilidade de atribuição de dois tempos inteiros aos membros das Juntas de Freguesia, ainda que o segundo possa ser remunerado pelo orçamento próprio de cada Freguesia, justificando-se, por isso, uma interpelação nesse sentido ao Governo, bem como aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.
8. No que concerne às instalações administrativas necessárias ao exercício das novas competências, regista-se que a esmagadora maioria das Juntas de Freguesia já tem a sua situação estabilizada.

² Pessoal relacionado com as competências de carácter sectorial (i.e., a conservação e manutenção de espaços públicos, as diversas componentes de licenciamento previstas, as dimensões da intervenção social) e de base mais transversal, em sede das necessárias de suporte administrativo e técnico para o bom funcionamento das Juntas (de gestão administrativa, de licenciamento, de BackOffice, de apoio a sistemas de informação, etc.).

9. Como já se referiu, a conclusão de que a implementação da reforma administrativa tem sido prosseguida com inegável sucesso, não prejudica a constatação de que existem ainda preocupações, nomeadamente na passagem integrada das competências na área do licenciamento em face da sua complexidade e da necessária capacitação técnica, formativa e tecnológica.
10. Quanto às metodologias desenvolvidas pelo GAMRAL no relatório ora analisado, e não menosprezando a importância da componente qualitativa, deseja-se que nas próximas monitorizações se aprofunde a introdução de painéis de indicadores quantitativos que permitam avaliar com fiabilidade e qualidade as vertentes de eficiência administrativa, de qualidade do serviço público e da administração quer da CML, quer das 24 Juntas de Freguesia.
11. Na verdade, a componente qualitativa da monitorização consignada no relatório assume particular acuidade, na medida em que incidiu sobre as unidades orgânicas municipais directamente envolvidas no processo de reforma (DMAU, UCT, DMRH e DMSI), impondo-se, no entanto (e como reconhece o GAMRAL), que os futuros relatórios contenham a auscultação de todos os intervenientes no processo de reforma, mormente os munícipes. A este propósito ressalve-se que a reforma administrativa foi levada a cabo com o intuito de melhor servir os munícipes sendo, por isso, estes quem melhor poderá avaliar o impacto desta reforma na cidade de Lisboa.
12. É ainda de realçar que num próximo relatório de monitorização deverá ser dada especial atenção à capacidade das Juntas no que respeita à de execução das competências transitadas em função dos recursos financeiros a elas associadas, perspectivando se será, ou não, necessário encontrar mecanismos de compensação entre as Freguesias e a Câmara, por forma a garantir-se a qualidade e equidade do serviço público.
13. Salienta-se também que subsiste alguma indefinição nos serviços que prestam as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal no que concerne às competências efectivas de cada entidade, o que poderá originar duplicação de serviços, ineficiências, ou mesmo falta de resposta aos problemas, demonstrando a importância de eliminar zonas de sobreposição no quadro de competências, clarificando o que se entende, nomeadamente, por manutenção de equipamentos e o que é uma obra de requalificação estrutural.
14. Mostra-se também necessária a elaboração e consequente divulgação de um Manual do Município que explicita e distinga de forma clara as competências das Freguesias de Lisboa e da CML, quando o exercício das competências transferidas estiver mais estabilizado, tal como advertiu o Coordenador do

GAMRAL, na audição que teve lugar em sede de reunião conjunta da 1.^a Comissão Permanente e da 5.^a Comissão Permanente, acima explicitada.

15. Em suma, se é certo que a reforma em causa constitui um processo de modernização administrativa de “notável envergadura e complexidade” – repita-se que transitaram 1270 colaboradores e mais de 700 equipamentos para novas instituições completamente novas ou em processo de reestruturação, de reorganização e de realocização –, é igualmente verdade que essa transferência se efectivou sem quaisquer interrupções na satisfação das necessidades públicas que as competências transferidas garantem, sem prejuízo de, como já se explicitou, se reconhecerem algumas dificuldades entretanto já solucionadas ou em resolução.
16. Simultaneamente, a implementação da reforma administrativa, que resultou de um amplo processo de participação e compromisso, demonstra estar já a cumprir com o seu propósito fundamental: melhorar a gestão da cidade, tornando-a mais eficiente e com melhor capacidade de resposta aos problemas de funcionamento. Evidencia-se, assim, que a concretização dos conceitos de proximidade e de autonomia tem vindo a traduzir-se em ganhos de eficiência e de agilização, bem como de melhoria no serviço público nas respostas às necessidades da cidade e da população.
17. Estando a Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa em processo de conclusão, está o Município de Lisboa apto a receber competências que pode exercer de uma forma mais eficiente e eficaz, designadamente nos domínios da saúde, da educação, do fomento do empreendedorismo e da empregabilidade, dos transportes e da fiscalização de trânsito, bem como na construção de parcerias com universidades e agentes sociais e culturais, com vista a intervenções territoriais integradas que prossigam objectivos de crescimento sustentável e inclusivo.

Assembleia Municipal, 18 de novembro de 2014

A Presidente

Helena Roseta